

Secretaria de Coordenação da Amazônia - Relatório de Gestão 2006



Unidades Gestoras: 440007; 440052 e 440074.

A Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA foi criada juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal em 1993 com o objetivo de implementar as políticas desse Ministério para a região amazônica e exercer as atividades de secretaria-executiva do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CONAMAZ), presidido pelo Presidente da República e composto por todos os ministros e governadores dos nove estados da Amazônia Legal.

Em 2005, em conformidade com a proposta de reestruturação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a racionalização de suas atividades, a SCA assumiu um papel de articulação das políticas relacionadas à Amazônia Legal, deixando de executar os projetos finalísticos, sendo esta atribuição transferida a outras secretarias do Ministério.

Com a aprovação recente, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da nova estrutura regimental do MMA (Decreto nº 5.776 de 12 de maio de 2006) e a consequente ampliação do quadro de suas diretorias, a SCA adequou as diversas demandas existentes para a Amazônia, de forma a articular, intra e interinstitucionalmente, a elaboração e implementação de políticas socioambientais e promover a identificação, sistematização, análise, monitoramento e disseminação das ações estratégicas do MMA e vinculadas desenvolvidas na região, de forma a contribuir para a integração de esforços e a efetiva consecução dos objetivos e prioridades definidos pelo Conselho de Dirigentes, dando-lhes a devida visibilidade e transparência.

Atualmente, a SCA exerce a função de secretaria-executiva do Comitê de Gestão Estratégica para a Amazônia Legal (CGEA) e do Plano Amazônia Sustentável (PAS), além de coordenar as ações do Ministério no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 – Cuiabá-Santarém (Plano BR 163 Sustentável) e a coordenação, monitoramento e avaliação do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Está preparando, com subsídios de um GT do MMA, a proposta inicial para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Região dos Rios Madeira e Purus (PDRS) e apoiando a SDS na elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNDSPT).

O **Prêmio Chico Mendes de Meio Ambiente**, iniciativa do MMA realizada pela SCA, merece destaque. Ele se encontra em sua quinta edição, promovendo a valorização dos trabalhos realizados em prol da conservação do meio ambiente da Amazônia, em seis categorias: (i) liderança individual; (ii) associação comunitária; (iii) organização não governamental; (iv) negócios sustentáveis; (v) ciência e tecnologia e (vi) arte e cultura, com um prêmio total de R\$ 120.000,00.

O **Plano Amazônia Sustentável (PAS)** é a formalização de uma política inovadora de desenvolvimento regional que propõe um tratamento diferenciado para uma região complexa e heterogênea. Ele foi construído a partir de um Termo de Cooperação firmado em 2003 pelo Presidente Luis Inácio Lula da Silva e os sete governadores da Região Norte. Em 2006 os estados do Maranhão e do Mato Grosso também aderiram ao Plano. O Plano apresenta um conjunto de estratégias e orientações que devem ser consideradas na implementação de políticas públicas para a região. Em junho de 2006, foram realizadas consultas públicas nas capitais dos nove estados da Amazônia Legal, envolvendo 1.653 representantes dos diversos segmentos de governo e da sociedade. Atualmente, a SCA está sistematizando e analisando as contribuições recebidas, as quais serão consolidadas na versão final do Plano, a ser lançado em dezembro de 2006.

O **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 – Cuiabá-Santarém**, lançado em junho de 2006, é a primeira intervenção do Governo Federal na Amazônia no marco do PAS. O Plano foi elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República e com a participação de 20 ministérios. Foram realizadas duas rodadas de consultas públicas, 17 ao todo, envolvendo mais de 3000 pessoas, 3 estados e 73 municípios. O Plano foi lançado em junho de 2006 e atualmente está em fase de implantação seu plano de gestão e a elaboração do orçamento para 2007.



Em 2006, foi instituído o **Grupo de Trabalho do Complexo do Madeira**, com o objetivo de produzir informação sobre o contexto sócio-econômico e ambiental da área de influência do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau). Como resultado da ampliação dos debates para além da área daquele Complexo Hidrelétrico, houve um avanço significativo no sentido de propor ao Governo Federal a elaboração de um **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região dos Rios Madeira e Purus** cuja versão esquemática está sendo reparada pela SCA. Ela inclui a porção brasileira das bacias hidrográficas dos rios Madeira e Purus, na região sudoeste da Amazônia, excluindo os municípios já abrangidos pelo Plano da BR 163 Sustentável e incluindo municípios da Bacia do Rio Negro cuja influência na região é marcante, como Manaus, conforme orientação da 7ª reunião do CGEA. A proposta encontra-se em processo de finalização e pactuação entre as secretarias e vinculas do MMA, para ser encaminhada junto aos demais Ministérios a serem envolvidos.

O **Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil** (Programa Piloto) começou a ser construído no início dos anos 90 e acumula experiências concretas de desenvolvimento sustentável tanto na região amazônica como na Mata Atlântica. Ele finalmente se tornou, nos últimos 3 anos, uma fonte de subsídios para a construção de políticas públicas do Governo Federal, como o PAS, o Plano BR 163 Sustentável e a PNDSPCT. Atualmente, conta com uma carteira de 17 projetos em execução (além do projeto de apoio ao funcionamento da Coordenação do próprio Programa), distribuídos em cinco linhas de atuação: i) Experimentação e demonstração; ii) Conservação de Áreas Protegidas; iii) Fortalecimento institucional; iv) Pesquisa científica; e, v) Lições e Disseminação. Sua coordenação, monitoramento e avaliação estão a cargo da SCA.

As principais atividades da **Coordenação do Programa Piloto** compreendem o acompanhamento dos subprogramas e projetos através das missões de supervisão, comissões e comitês de acompanhamento e relatórios de progressos; preparação e participação das reuniões da Comissão de Coordenação Brasileira (CCB) e Comissão de Coordenação Conjunta (CCC) e do Grupo Consultivo Internacional (IAG). Este ano, o Programa Piloto realizou uma avaliação independente, com importantes contribuições em áreas estratégicas e para a formulação do Programa Amazônia, que tomará o lugar do Programa Piloto nos próximos anos. Foi também desenhado um novo projeto de cooperação técnica com a Agência de Desenvolvimento Alemã (GTZ), em conjunto com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e ampla participação de todos os setores envolvidos. A elaboração de projetos de apoio ao fortalecimento da sociedade civil na área de influência da BR 163 (PROFOR BR 163) e de apoio institucional à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira foi apoiada e os projetos aprovados. Foram preparados, em parceria com os mesmos, os processos de finalização dos subprogramas e projetos do Programa e as estratégias de sustentabilidade das ações por eles apoiados. Além disto, realizou-se o **Seminário e Feira de resultados do Programa (2005)**; a preparação, negociação e assinatura do novo projeto da Coordenação; a participação de parceiros na Feira de Produtos Sustentáveis da COP 8; e apoio à construção do Programa Amazônia.

Com base nas múltiplas experiências do Programa Piloto e nas análises realizadas para o desenho do PAS, está sendo elaborado um novo programa para a Amazônia com um horizonte de atuação de 10 anos. Sob a coordenação da SCA, o **Programa Amazônia** está sendo construído de forma participativa com diversos atores governamentais, não governamentais e do setor privado da região, além de outros ministérios. Ele organiza um conjunto de intervenções estratégicas e complementares às políticas públicas já existentes, a ser apoiado pela cooperação internacional. O Programa visa a promoção de um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável, tendo como eixo orientador o apoio à busca de soluções para questões socioambientais presentes no PAS. Com perspectiva de início em 2007, o Programa Amazônia está na fase de definição e formulação dos seus projetos executivos e de captação de recursos para a sua execução.

O **Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise – AMA**, foi concebido para identificar, sistematizar e disseminar os conhecimentos gerados pelas experiências apoiadas pelo Programa Piloto na Amazônia e na Mata Atlântica, contribuindo com a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. O AMA integra a coordenação do Programa Piloto e vem consolidando seu papel no estímulo a ações de monitoramento dos projetos e subprogramas do Programa Piloto e em outras intervenções do MMA na região, como por exemplo o TAL. Ele tem também atuado na capacitação de técnicos do Ministério do Meio Ambiente, com a realização de oficinas, cursos e assessorias, enriquecendo a discussão e a propagação de técnicas e métodos inovadores sobre monitoramento e avaliação.

O desenvolvimento de estudos sobre temas estratégicos, como, por exemplo, a "Avaliação do Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais do Estado do Mato Grosso" e "A Grilagem de Terras

Handwritten signature

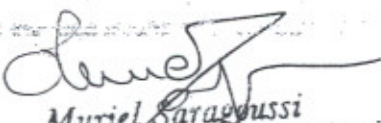


Públicas e a sua Inserção nas Dinâmicas do Desmatamento na Amazônia Brasileira”, têm subsidiado discussões em debates e negociações sobre políticas públicas para a região. Vale destacar a realização do curso “Academia amazônica: teoria e prática para a construção de uma Amazônia sustentável”, destinado a alunos de pós-graduação *strictu sensu* da região amazônica, que além de proporcionar o estreitamento de laços com a comunidade acadêmica, qualificou 30 alunos oriundos de sete estados da Amazônia sobre políticas públicas para o uso sustentável e a conservação das florestas tropicais brasileiras.

Uma outra dimensão das atividades desenvolvidas pelo AMA refere-se ao **Sistema de Bases Compartilhadas de Dados sobre a Amazônia – BCDAM**. Trata-se de um rede cooperativa e interinstitucional que fomenta a utilização de ferramentas e recursos de informática para facilitar o acesso e o compartilhamento de dados provenientes de inúmeras fontes, no sentido de apoiar o trabalho de dirigentes, pesquisadores e técnicos envolvidos com o estabelecimento de políticas e estratégias de ação visando à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável da Região. A rede conta com mais de 90 instituições parceiras e foi estruturada de acordo com as premissas de integração e interoperabilidade estabelecidas para a organização do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente – SINIMA. O **Sistema Georreferenciado de Projetos na Amazônia – SIGAm**, criado em 2003, e o **Sistema de Georreferenciamento de Programas – SIGEPRO**, criado em 2004 funcionam de forma integrada e descentralizada e constituem as principais ferramentas para se atingir os objetivos do BCDAM.

O SIGAm tem como elemento fundamental a sistematização de bases de dados atualizados dos projetos do Programa Piloto para: i) disponibilização a usuários por meio de Intranet e Internet; ii) georreferenciamento da área de atuação dos projetos e cruzamento com outros dados cartográficos relevantes e, iii) integração com bases de dados sobre indicadores sociais, econômicos e ambientais. Essa sistematização de informações tem se revelado útil no desenho e no planejamento operacional de iniciativas como o Plano BR-163 Sustentável.

É fundamental finalizar este balanço destacando o papel estratégico da SCA nas ações do MMA para a Amazônia Legal, especialmente, conforme já apontado no texto, no que se refere ao apoio da organização da participação da sociedade amazônica nos processos de formulação das principais macropolíticas para a região – PAS, Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR 163, e de instrumentos de políticas como as ALAPs ou de políticas nacionais como a de Povos e Populações Tradicionais, consolidando o papel da secretaria na articulação de políticas para a região.


Muriel Saragnussi
Secretária de Coordenação da Amazônia